

Notas de pesquisa sobre o trabalho infantil no contexto do trabalho familiar

Quem procura material sobre trabalho familiar no Brasil encontra pouquíssima coisa e sempre relacionada com o trabalho no campo. A pesquisa acaba quase sempre remetendo para a agricultura familiar.

Quando resolvi pesquisar sobre o pequeno comércio familiar exercido por imigrantes portugueses e seus descendentes esbarrei nesta falta de informação sobre o assunto. O pequeno comércio familiar aparece de passagem em alguns relatos sobre imigração e os trabalhos sobre empresas familiares¹ referem-se geralmente aquelas que viraram grandes empresas como a Sadia, e neste caso o que se estuda é a administração familiar e não o trabalho familiar.

Em várias línguas a expressão trabalho familiar possui dois sentidos: é o trabalho feito com a mão de obra familiar, mas é também o trabalho doméstico realizado majoritariamente ou exclusivamente pela mulher. Na Itália como no Brasil as referências ao trabalho familiar no primeiro sentido da expressão estão quase todas ligadas ao trabalho no campo.

Os dados empíricos para este artigo foram obtidos através do trabalho de campo realizado no Mercado de Madureira, localizado no subúrbio do Rio de Janeiro, de julho a dezembro de 2006. O registro, feito por meio de observações detalhadas e minuciosas das visitas, dos contatos formais e informais, e permitiu a obtenção de histórias de vida, depoimentos e desabafos, que contribuíram para a descrição e compreensão de vários aspectos do cotidiano do Mercado.

Os comerciantes entrevistados são imigrantes portugueses, que chegaram ao Brasil entre 1930 e 1960, ou a 1ª geração nascida no Brasil, no momento assistimos a transição para a segunda geração nascida no Brasil.

¹ Numa perspectiva tradicional, a empresa familiar é considerada assim se o controle da propriedade está nas mãos de um indivíduo ou dos membros de uma mesma família. Juntamente com esses fatores, a gestão da empresa e a vontade do proprietário de transmitir a empresa para a próxima geração também podem configurar uma empresa como familiar.

Assim, além das técnicas de observação participante e de consulta ao material documental, ainda fiz uso de histórias de vida, entrevistas formais, informais e semi-estruturadas e observações sistemáticas para obtenção dos dados.

Família e socialização

Constituída com base nas relações de parentesco, a família inclui-se entre as instituições sociais básicas, ela funciona como um elemento-chave não apenas para a sobrevivência dos indivíduos, mas também para a transmissão do capital cultural, do capital econômico, para a proteção e socialização de seus componentes e de solidariedade entre gerações. Atuando como uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, opera como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas e também como espaço de produção e transmissão de práticas culturais.

Na transmissão das normas e dos valores de uma geração para outra há trocas com direções opostas. Os mais moços respondem ativamente ao processo de socialização, fazendo com que as mudanças possam acontecer, tanto nas próprias relações familiares como no contexto da sociedade. Na troca entre gerações familiares, a memória social e o projeto de vida, são constitutivos das relações sociais tecidas no cotidiano.

O conflito surge como uma constante luta de prioridades entre um projeto de vida e modelos e valores tradicionais, que enquadram a mulher e os filhos na hierarquia familiar numa posição subordinada e outros projetos e valores que identificam o campo de possibilidades no qual se possa desenhar uma trajetória individual e singular.

Os estudos sobre a história da família ocidental procuram, dentre outros interesses, compreender o processo de individualização das relações sociais que determinou a constituição do individualismo afetivo, expresso na família contemporânea nuclear, intensamente centrada em si mesma, unida emocionalmente e orientada para os filhos.

MacFarlane (1990) localiza a origem dessa trajetória no momento em que a unidade mínima de produção e consumo deixa de ser a família e passa a ser o indivíduo. O autor acrescenta que, nesta condição, a única maneira pela qual o indivíduo pode

expandir-se em direção a outras pessoas é através do casamento. Dessa forma, a união marido/mulher é enfatizada. Contudo, a maior parte dos pesquisadores atribui o desencadeamento desse processo à crescente interferência do Estado na sociedade.

Para Wrigley (1977) o declínio da família do tipo tradicional só ocorreu no século XIX, quando as rendas reais começaram a aumentar de forma consistente e quando o Estado assumiu algumas responsabilidades para a provisão de educação e assistência. Flandrin (1992) afirma que o conceito de família, tal como é hoje habitualmente definido (pai-mãe-filhos), é um fenômeno bastante recente. Para ele, a Idade Moderna é exatamente o período de luta entre os poderes público e privado, e que a progressiva ressurreição do poder real e a ação da Igreja reduziram a importância do modelo familiar tradicional. Stone (1990) reitera a existência do conflito entre poderes público e privado na determinação de modelos familiares. Em sua argumentação, o autor afirma que a chave para o entendimento desse processo é o fluxo e refluxo da luta entre valores e interesses em conflito representados pelos diversos níveis de organização social, do indivíduo ao Estado-Nação.

Segundo ele, essas transformações não tiveram um caráter linear e, embora o que ele chama de individualismo afetivo, característico do século XX, tenha suas raízes nesse processo, é totalmente falso supor que ele seja vitorioso e que as coisas não vão mudar de sentido. Stone observa, ainda, o variável impacto nas diferentes classes, bem como as restrições a que submetem correntemente a sua difusão geográfica. Para Stone, o poder, a distribuição de laços afetivos e a relação entre membros familiares constituem-se como objetivos mutuamente excludentes: quando se busca uma coisa, se perde outra. Concretamente, a privacidade e a comunidade são necessidades opostas e não podem levar sua máxima expressão de forma simultânea. Assim, em determinados momentos, a sociedade, no confronto entre variados valores e interesses, acaba fazendo escolhas.

Segundo Castells (1999:169), a principal transformação que está ocorrendo na família é o fim do patriarcalismo, que "caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar". Este sistema, segundo o autor, está enraizado na civilização, em razão da sua perpetuação histórica e cultural, determinando também relacionamentos interpessoais que extrapolam os limites da família. Um dos principais fatores, na perspectiva de Castells (1999), que determinou essa mudança é a inserção das mulheres no mercado de trabalho. A partir da década de 1980, concomitantemente com a globalização, foi generalizada a ampliação de mulheres

em postos de trabalhos. Outro fator relaciona-se às transformações tecnológicas, proporcionando controles sobre a reprodução humana. Em terceiro lugar, para o autor, está o movimento feminista, com impacto na esfera do trabalho e na eliminação de qualquer forma de opressão ou desigualdade de poder. Além desses fatores, o autor menciona a difusão de uma idéia de cultura globalizada, na qual está inserida a noção de uma nova identidade feminina, decorrente da emancipação feminina.

Esse movimento dá origem a uma crise da família patriarcal, representada pelo *"enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade/dominação contínua exercida pelo homem, como cabeça do casal, sobre toda a família"* (CASTELLS, 1999, p.173).

As mudanças ocorridas nas características familiares das sociedades ocidentais contemporâneas, tais como a autonomia individual e a igualdade entre gêneros, afetam as organizações familiares (GILDING, 2000). Apesar disso, o foco de muitos estudos familiares é ainda predominantemente centrado no empreendedor como a figura paterna, ainda que as alterações na família indiquem a necessidade de incluir a perspectiva de gênero na pauta desses estudos (GOFFEE, 1996; SHARMA, CHRISMAN & CHUA, 1996). Segundo Carneiro:

O conflito entre os interesses familiares e os projetos individuais resulta em negociações que têm como referência um sistema de valores que combina o universo simbólico 'tradicional' - mantido e atualizado pela família - e os da 'modernidade', adquiridos na sociabilidade da cidade. Às vezes essa negociação pode resultar em perdas para o indivíduo - abandono de projetos pessoais - em função do que pesa mais forte em um determinado contexto. Por exemplo, na impossibilidade de realizar o sucessor escolhido pelo pai, no caso de sua morte prematura, ou na incapacidade do pai se manter como chefe da unidade de produção, um outro filho se sente no dever de abandonar o seu projeto individual para responder às necessidades da situação familiar .

O mercado

Este mercado surge com a transferência de um outro mercado que existia no bairro de Cascadura, onde pequenos proprietários negociavam sua produção. A princípio, em 1914, ficou instalado na Rua Oliva Maia, mudando-se dois anos depois para a Avenida Ministro Edgard Romero, no lugar onde atualmente fica a sede da Escola de Samba Império Serrano.

Em 1929, quando já era o maior centro de distribuição de alimentos da zona suburbana, foi transferido para a esquina da Rua Conselheiro Galvão com a Avenida

Ministro Edgard Romero e iniciada a primeira obra de ampliação. Em 1949 são construídos mais 26 boxes para distribuição direta de mercadorias dos produtores à população. Nesta época além dos pequenos produtores, o Mercado da Praça XV, funcionava como entreposto para fornecer mercadorias para o Mercado de Madureira.

Em 1959, Juscelino Kubistchek faz novos investimentos de ampliação e o antigo Mercado ganha o apelido de “Mercadão”. Com a inauguração da Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA em 1974, as vendas caíram fortemente, e o perfil do mercado se modificou radicalmente. Os produtos foram diversificados: artigos para festas, roupas e artigos religiosos, vendidos a preços populares, mudaram o seu perfil e seu público. Grande parte dos comerciantes portugueses se mudou para a CEASA nesta ocasião, mantendo, no entanto suas lojas no Mercadão.

A maioria das lojas no Mercadão de Madureira é de propriedade de imigrantes portugueses ou seus descendentes. No entanto são poucas as que mantêm o trabalho exclusivamente familiar e entre os empregados predominam os migrantes nordestinos.

Trabalho familiar e trabalho infanto-juvenil

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) proíbem qualquer trabalho aos menores de 16 anos, exetando-se na condição de aprendiz, e mesmo assim apenas dos 14 aos 16 anos. Atualmente, existem políticas e programas de combate e erradicação do trabalho infantil. No entanto, tais políticas não fizeram estancar o crescimento dos índices de crianças trabalhando no setor produtivo. Campos e Alverga (2001) apontam que os responsáveis pela formulação e implementação das propostas de erradicação do trabalho precisam considerar “a necessidade de combater os aspectos subjetivos dos sujeitos envolvidos, no sentido das crenças pessoais de patrões, famílias e crianças sobre o trabalho” (p. 228).

Dentro do contexto estudado observamos que a família funciona como o núcleo privilegiado da sociabilidade. É o centro das decisões e de grande parte da circulação das informações. Em qualquer relato sempre há alguma citação ao pai, à mãe, à nora, aos filhos, ao genro, ao sogro etc. As relações familiares são muito importantes e na maior parte dos casos os espaços de lazer, especialmente das mulheres, restringem-se a visitas à casa dos pais, festas de família e idas à igreja. Quando há formação de novos

núcleos familiares buscam morar próximo e ocupar lojas que os aproximem fisicamente à família de origem, do esposo ou da esposa.

É claro que os filhos trabalham e são parte da mão-de-obra, que é fundamentalmente familiar, no entanto em função da emenda constitucional nº. 20, de 15/12/1998, que proibiu o trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (a partir dos 14 anos), o trabalho de crianças e adolescentes é freqüentemente escamoteado.

A tendência dos pais a considerar o trabalho infantil como “ajuda” quando este é exercido juntamente com familiares, estando ou não relacionada a essa proibição, certamente contribui também para minimizar a extensão do fenômeno. Além disso, embora, desde 1992, as PNAD tenham ampliado o conceito de trabalho, passando a incluir, como nova categoria, o trabalho doméstico, este, quando exercido na própria casa, carece de visibilidade, o que faz com que grande parte dessas atividades não seja computada.

De modo geral, as pesquisas sobre a organização da produção e do trabalho (BOURDIEU, 1979; SCOTT, 1990; DUARTE, 1986) mostram que o discurso na família é o que racionaliza o conceito de trabalho mediante esquemas simbólicos de aprovação ao respeito à autoridade, bem como conceitos de solidariedade e de prestígio.

Segundo Tedesco(2001), na bibliografia existente sobre famílias de imigrantes italianos no sul do Brasil é comum o relato de rituais de iniciação da idade adulta pelo trabalho. Os adolescentes, em nível geral eram influenciados pela força das regras do sistema de trabalho, da participação na, com e para a família. Aprendiam rapidamente a diferenciar funções, a estabelecer hierarquias, deveres e atribuir normas aos princípios do trabalho em direção a uma razão prática e simbólica com a família. Para os pais, a disposição, a participação e a convivência no e para o trabalho familiar do adolescente e jovem de ambos os sexos se complementavam ou se inseriam em formas de conduta cujo significado é aquele que o próprio trabalho lhe dava. (TEDESCO, 2001).

Portanto, mantém-se uma educação para e pelo trabalho. O trabalho é uma prática que vem sendo transmitida de geração em geração, sendo parte integrante de um tipo muito particular de infância, indicando a impossibilidade de pensá-la de forma naturalizada e a-histórica. Estamos falando de uma infância pertencente a uma determinada classe social, que vem reproduzindo, através de gerações, uma educação voltada para o trabalho.

No nosso contexto etnográfico encontramos situação semelhante, a idéia de “maioridade legal” tem pouco significado para os nossos informantes e os filhos são considerados responsáveis (embora subordinados) quando começam a trabalhar. É a partir desse momento que recebem autorização para dirigir (mesmo que não possuam a idade legalmente estabelecida para tirar carteira de motorista) e consumir bebidas alcoólicas na frente dos pais.

Relações Pai-Patrão

A utilização da mão-de-obra feminina e infanto-juvenil ocorre no contexto de reprodução familiar, onde a figura masculina representa o chefe, o “superior”.

No contexto do trabalho familiar estamos diante do “pai-patrão” que governa o processo de trabalho em uma família que funciona como unidade produtiva hierarquizada. Dentro deste quadro as tensões e conflitos surgem do embate entre um projeto de vida e modelos e valores tradicionais, que enquadram a mulher e os filhos na hierarquia familiar numa posição subordinada e outros projetos e valores que identificam o campo de possibilidades no qual se possa desenhar uma trajetória individual e singular. Um pai dispõe de seu filho enquanto *pessoa*, e não apenas enquanto força de trabalho, controlando seu tempo de trabalho e seu tempo fora do trabalho.

Esta hierarquia se objetiva na falta de remuneração pelo trabalho e na negação aos direitos previdenciários, visto que, ao não ser reconhecida a relevância da sua participação, nega-se a mulher e aos filhos a identidade de trabalhadores legalmente constituídos.

Freqüentemente vista como um problema restrito ao rural, na realidade a autoridade paterna e a figura do pai-patrão estão relacionadas às condições de trabalho familiar, em qualquer contexto.

Desse ponto de vista o seguinte depoimento é bastante significativo:

Eu e a T. fomos mais exploradas, eu na loja e a T. ficava em casa ajudando porque em dois anos a minha mãe ganhou dois filhos, a F. em 1966 e o M. em 1967.

Trabalhei na loja até o 2º ano de faculdade, aí eu comecei a trabalhar como monitora na faculdade tinha uma bolsa integral, não pagava a faculdade.

Nem a missa sábado eu podia ir, nem participar do grupo jovem, nem missa Domingo de manhã porque o mercado abria tinha que ir a missa no Domingo à tarde. Eu era obrigada a ficar ali (na loja). Eu estudava de manhã e ia direto para a loja, aí meu pai ia almoçar em casa e descansar um pouco.

Minha mãe mandava a minha irmã trazer minha comida, ela vinha ficava um pouco enquanto eu almoçava e depois ia embora.

Meu pai nunca me pagou nada, nem assinou a minha carteira, agora eu acho que ele podia pelo menos ter pago o INSS, mas a mãe ele botou de sócia.

É que eles vêem o filho como um instrumento de trabalho, lá na terra deles eles tinham muito filho para trabalhar na roça, trabalhar não é mais que a obrigação, era assim que eles diziam.

Existe uma grande bibliografia sobre a relação da autoridade do chefe da família como o tipo de poder que sustentou a organização do trabalho e acreditamos que tal bibliografia pode ser utilizada também para pensar a reprodução do peso da autoridade paterna no espaço doméstico nas relações de trabalho familiar. (LÉVI-STRAUSS, 1980; MARCUSE, 1998; WEBER, 1999). Pelos estudos realizados no âmbito da Antropologia e da Sociologia, pode-se concluir que a atividade produtiva e, sobretudo o trabalho deixam de ser uma simples operação física, isto é, estritamente econômica, para se tornar um sistema de regras cuja origem não se situa apenas no aspecto econômico (LÉVI-STRAUSS, 1982).

Nesse sentido especialmente no caso do trabalho familiar, postula-se que a autoridade e a solidariedade são condições tão necessárias quanto anteriores à existência e à manutenção de qualquer sistema econômico. O mesmo pode-se dizer da organização como processo permanente de adaptação da autoridade para remediar ou coibir os conflitos e a inércia.

Dessa forma, o consenso teórico em torno dos pressupostos de que a família fornece o modelo elementar da gestão da atividade econômica e que a sua capacidade de regulação da divisão do trabalho no sistema doméstico e a habilidade de criar mecanismos motivacionais por meio de valores morais fornecem um modelo de coesão social que será refletido na estruturação da sociedade (WEBER, 1999; LÉVI-STRAUSS, 1982; BENEDICT, 1972; GIDDENS, 1997).

Os jovens

Sabemos que o conceito de juventude é bastante controverso e que a maioria dos autores utiliza o conceito do ponto de vista etário, ou como aqueles que se encontram em uma fase de transição/liminariedade na sociedade. (WEISHEIMER, 2004) Concordamos com aqueles que apontam juventude como uma categoria social com múltiplos significados, mas geralmente marcada por uma relação de subordinação dentro das hierarquias sociais. (CARNEIRO, 1998; CASTRO, 2005)

Uma importante reflexão sobre a associação usual entre juventude, educação e lazer, como uma construção socialmente informada é feita por Abramo (1997). Para ela

essa seria uma concepção que conceitua “jovem” como aqueles que estão em processo de formação e que ainda não têm responsabilidades, principalmente por não estarem inseridos no mercado de trabalho. O que exclui o jovem das classes trabalhadoras da concepção de juventude.

No caso dos jovens que trabalham com os pais em pequenos comércios essa inadequação é dupla, por um lado tem responsabilidades e estão inseridos no mercado de trabalho. Mas, ao contrário dos jovens das classes trabalhadoras, e da geração de seus pais, freqüentam colégios particulares e convivem com jovens que se enquadram no modelo tradicional atribuído a esta categoria o que gera uma tensão e o questionamento dos valores familiares. Um dos pontos centrais desta tensão são as relações hierárquicas.

Segundo Carneiro:

O conflito entre os interesses familiares e os projetos individuais resulta em negociações que têm como referência um sistema de valores que combina o universo simbólico ‘tradicional’ - mantido e atualizado pela família - e os da ‘modernidade’, adquiridos na sociabilidade da cidade. Às vezes essa negociação pode resultar em perdas para o indivíduo - abandono de projetos pessoais - em função do que pesa mais forte em um determinado contexto. (CARNEIRO,1998)

Tais conflitos refletem-se muitas vezes no consumo, no uso do dinheiro e na participação desses jovens em atividades vistas como “normais” na sua idade: idas aos shoppings, participação em festas e passeios.

Utilizaremos nesse artigo a definição que é utilizada no nosso contexto etnográfico: jovem é aquele que não se casou e não possui uma loja própria, ou seja, trabalha subordinado ao pai. Essa definição coaduna-se com a de Durston que afirma que “(...) a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo” (DURSTON, 1994: p.14-5),

O seguinte caso ilustra bem essa definição. P. 1ª geração nascida no Brasil, um dos filhos de um pequeno agricultor que emigrou da Ilha da Madeira para o Brasil em 1932, possuía quatro filhos três homens e uma mulher. Os dois mais velhos receberam suas lojas quando estavam de casamento marcado, o primeiro D. recebeu do pai dinheiro para entrar como sócio em uma revendedora de automóveis, localizada próximo da CEASA e o segundo A. recebeu uma loja que o pai possuía no mercado de

Madureira, o terceiro, ainda solteiro, dirigia o caminhão do pai transportando legumes para serem vendidos na CEASA.

A. transformou a loja que vendia legumes e verduras em um atacado de papelaria, a mãe e a irmã solteira “ajudam” na loja e depois que se casou sua esposa, que também é de uma família de origem portuguesa, passou igualmente a “ajudá-lo”.

D. desfez a sociedade na revendedora de automóveis porque segundo ele o seu sócio queria roubar as pessoas e ele não podia permitir que seus conhecidos fossem enganados pelo sócio. Com o fim da sociedade ele passou a trabalhar com o pai em uma loja da CEASA, mas segundo ele não deu certo porque “*o pai é muito sistemático*”, é importante notar que este informante trabalhou, sem reclamar, subordinado ao pai dos 15 aos 25 anos. Apenas após o casamento adquiriu um *status* que lhe permitisse questionar as atitudes do pai. A solução encontrada neste caso foi dividir a loja ao meio, de um lado o pai vende apenas o chuchu que ele e seus arrendatários plantam em Nova Friburgo. Do outro o filho vende hortaliças variadas. Neste caso a “ajuda” da mulher fica restrita ao serviço bancário e a confecção da lista de pedidos aos fornecedores. A CEASA continua sendo um espaço predominantemente masculino.

Considerações Finais

Nosso contexto etnográfico permitiu perceber processos de trabalho infantil que não se enquadram nas percepções vigentes e, portanto não são cobertos pelas políticas públicas de erradicação do trabalho infantil.

Na maioria dos casos por nós examinados as relações sociais são marcadas pela hierarquia e autoridade, que envolvem a posição de chefe de família, adulto, pai e “responsável” em oposição a filho, jovem, solteiro e subordinado. No entanto, especialmente pelo fato das crianças trabalharem com os pais e nos horários em que não estão na escola, não existe a percepção de exploração do trabalho infantil.

Por outro lado o abandono precoce da escola, principalmente por parte dos rapazes, é percebido não como uma consequência do trabalho, mas sim como uma confirmação que aquilo que se aprende na escola não serve para a prática cotidiana.

Portanto, as causas do trabalho infantil são múltiplas e complexas. Também é preciso notar que as relações entre educação e trabalho precoce também não são triviais, já que o aspecto econômico não é a única causa da entrada de crianças no mercado de

trabalho. A natureza do problema demanda, por conseguinte, uma compreensão maior das várias percepções de trabalho envolvidas em cada contexto.

Referências

ABRAMO, Helena W. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In Peralva, Angelina e Sposito, Marília (orgs.) *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED,1997, 25-36

BAILEY, F.G. *Gifts and Poison*. Oxford, Basil Blackwell,1971

BARROS, Ricardo Paes de e SANTOS, Eleonora Cruz. O menor no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: *Cadernos CEAP*, 1991,37-43.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRANDÃO, Zaia. Família e escola na constituição da subjetividade. In: Souza, S. J. (Org.), *Mosaico: imagens do conhecimento*(pp. 96-101). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos,2000.

CAMPOS, H. R. & ALVERGA, A. R. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da criança indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, 6(2), 2001, 227-233.

CARNEIRO, M.J. “O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”. In: Silva, F.C.T.; Santos, R.; Costa, L.F.C. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus,1998.

CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra,1999.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CURIMBABA, F. The dynamics of women's roles as family business managers. *Family Business Review*, 15(3), 2002, 239-246.

DUARTE, Luiz F. *Da vida nervosa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DURSTON, John. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: desafio para os noventa. In: *Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano*. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Família: Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*. Lisboa: Editorial Estampa,1992.

GIDDENS, Antony. "A vida em uma sociedade pós-tradicional". In: GIDDENS, Antony. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GILDING, M. "Family business and family change: individual autonomy, democratization, and the new family business institutions". *Family Business Review*, 12(3), 2000, 239-249.

GOFFEE, R. "Understanding family businesses: issues for further research." *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*. 2(1),1996, 36-48.

JOURNET, Nicolas. "L'argent en famille", *Terrain*, Numéro 45 - *L'argent en famille* (septembre 2005) , [En ligne], mis en ligne le 1 février 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document3504.html>. Consulté le 27 avril 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A família: origem e evolução*. Porto Alegre: Villa Martha, 1980.

MACFARLANE, Alan. *História do Casamento e do Amor: 1300-1840*. São Paulo: Companhia das Letras,1990.

MARCUSE, Herbert. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar,1978

RAINHORN. Judith e ZALC. Claire "Commerce a l'italienne: immigration et activite professionnelle a Paris dans l'entre-deux-guerres" *Le Mouvement social*. No. 191 (Apr. - Jun., 2000), pp. 49-68

RODRIGUES, A. M. Padrões afetivos na família e empresa familiar. *Revista de Administração de Empresas*, 31(4),1991, 35-48.

SCOTT, R. Parry. "O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico". *Cadernos de Pesquisas*. São Paulo, n. 73, p. 3-87, maio 1990.

SEGALEN, M. *Mari et femme dans la société paysanne*, Paris, Flammarion,1980.

SEYFERTH, G. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UNB,1990

SHARMA, P., CHRISMAN, & J., CHUA, J. . *A review and annotated bibliography of family business studies*. London: Kluwer Academic Publishers,1996.

SOARES, L. E. *Campesinato:Ideologia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar,1981.

SOUZA, A. B. de e COSTA, L. F. de C. "Agricultura familiar em unidades de conservação: um estudo de caso do Parque Ecológico do Mendanha." In: Marafon, G. J. e Ribeiro, M. A. *Revisitando O Território Fluminense*, Rio de Janeiro: NEGEF, 2003

STONE, Lawrence. *Família, Sexo y Matrimonio en Inglaterra, 1500-1800*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

TEDESCO, J. C. (Org). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDUPF, 1999

VIDIGAL, A. C. A sobrevivência da empresa familiar no Brasil. *Revista de Administração*, 35(2), 2000, 66-71.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 12 ed. , São Paulo, Pioneira, 1997.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UNB, 1999. V. 2.

WEISHEIMER, Nilson. *Estudos sobre os Jovens Rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Brasília: Nead/MDA, 2004

WOLF, E. R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste*, São Paulo/ Brasília, Hucitec/UNB, 1995.

WRIGLEY, E. Anthony. "Reflexions on the History of the Family". In: *Daedalus*, 1977, 106(2), 1977, 71-85, Spring.